

NOTIFICAÇÃO EDITAL
PROCESSO DISCIPLINAR N.º 03/2017

Agente de Execução: RAQUEL MARGARIDA MARTINS - Cédula Profissional: 5368

Processo Disciplinar n.º 03/2017 – conforme Deliberação n.º 14/2017 nos termos do artigo 69.º-B, da alínea e) e f) do artigo 69.º-C e da alínea a) do n.º 2 do artigo 69.º-F, todos do Estatuto da Câmara dos Solicitadores, na redação dada pelo DL n.º 226/2008, de 20 de novembro, (ECS), tomada em reunião de 09/01/2017, da Comissão de Disciplina dos Auxiliares da Justiça nos termos da Lei n.º 77/2013, de 21 de novembro, diploma que cria a Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça

NOTIFICAÇÃO EDITAL DO RELATÓRIO FINAL

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 166.º do ECS, naqueles autos de Processo Disciplinar n.º 03/2017, em que é arguida **RAQUEL MARGARIDA MARTINS**, Agente de Execução, Cédula Profissional n.º 5368, mostra-se provado que a Arguida violou os deveres estatutários, a saber:

- A) *“Praticar diligentemente os actos processuais de que seja incumbido, com observância escrupulosa dos prazos legais ou judicialmente fixados e dos deveres deontológicos que sobre si impendem”* (alínea a) do n.º 1 do artigo 123.º do ECS, a que corresponde atualmente vertido na alínea a) do n.º 1 do artigo 168.º do EOS/AE).
- B) *“Prestar contas da actividade realizada, entregando prontamente as quantias, objectos ou documentos de que seja detentor por causa da sua actuação como agente de execução”* (alínea e) do n.º 1 do artigo 123.º do ECS, a que corresponde o atualmente vertido na alínea c) do n.º 1 do artigo 168.º do EOS/AE).

Em face do exposto, e atendendo a que os factos pelos quais a Agente de Execução, ora Arguida, foi acusada, foram efetivamente por esta praticados, uma vez que os mesmos se encontram suficientemente provados nos documentos constantes no âmbito do Processo Disciplinar supra identificado, na qualidade de Arguida fica V. Exa. notificada da decisão final proferida por despacho da Direção da Comissão de Disciplina dos Auxiliares da Justiça (CDAJ).

Atendendo ao grau de gravidade das infrações disciplinares mencionadas, considerando os antecedentes profissionais e disciplinares da agente de execução, foi aplicada uma **sanção disciplinar de MULTA**, prevista na alínea c) do n.º 1 e do n.º 4 do artigo 190.º do EOS/AE, **no valor de 1.100,00€ (mil e cem euros)**.

Pelo exposto, de forma sucinta, contra a Arguida é dada a presente decisão, visto ser o seu paradeiro, até à presente data, desconhecido, **NOTIFIQUE-SE O RELATÓRIO FINAL ATRAVÉS DE EDITAL**, a se efetuar através da afixação nas instalações da CAAJ, no sítio da CAAJ na Internet, nas instalações do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Solicitadores e dos Agente Execução e na porta do seu último domicílio profissional conhecido em **Av. 5 de Outubro, 47, 3.º Dto. 2900-311 Setúbal**.

Ainda de acordo com o previsto n.º 2 do art.º 8.º da Lei n.º 77/2013, de 21/11, das sanções disciplinares aplicadas pela CAAJ cabe recurso para os tribunais administrativos competentes, a instaurar no prazo de vinte dias contados da data da notificação da decisão que as aplica.

Lisboa, 02 de julho de 2019,

A Diretora da Comissão de Disciplina dos Auxiliares da Justiça,


Inês Caeiro